



O NEGRO E A EDUCAÇÃO

Marielle Alexandre do Nascimento¹

INTRODUÇÃO

A história da população negra brasileira configura-se como uma situação de exclusão e marginalização. Desde o período colonial até os dias de hoje a população negra sofre com muitas situações discriminatórias. Vista como inferior em diferentes aspectos como beleza e inteligência, situação que se reveste em diferentes formas de exclusão. Essas ações são confirmações de uma elevada taxa de racismo contra o negro que passaram a ser corriqueiros, presentes em diversos ambientes, inclusive na escola.

Uma sociedade pautada na ideia da superioridade branca e a inexistência de uma educação voltada para a igualdade entre os diferentes segmentos étnicos-raciais que compõe a sociedade brasileira constitui-se de fatores que colaboram para tamanhas desigualdades sociais entre negros e brancos no Brasil, que a com o passar dos anos vem crescendo o percentual.

Este estudo tem por objetivo geral, analisar o processo educacional da população negra brasileira. E em referência aos objetivos específicos, destaca-se o intuito de identificar o processo de exclusão e inclusão da população negra no processo educacional brasileiro, assim como analisar a participação de grupos formados pela população negra, em busca de espaço na sociedade no campo educacional e até mesmo, cultural.

O estudo tem por interesse de mostrar para sociedade a nossa história, a vivência dos nossos antepassados. Além disso, pretende promover uma alteração positiva na realidade social que vivemos, onde a branquitude, ainda se considera superior aos demais, gerando assim situações de racismo. Justifica-se essa pesquisa pela necessidade de novas discussões sobre a temática, buscando proporcionar momentos de diálogos para que se trilhe rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os efeitos de

¹Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA; Especialista em Docência do Ensino Superior-UESPI; Pós-Graduada em Metodologias do Ensino à Distância pela Faculdade Evangélica do Piauí-FAEPI, mariellealexandre73@gmail.com;



séculos de preconceito, discriminação e racismo, pois é fundamental se dar e ter lugar de fala para a população negra.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, onde se realizou com vista a compreender o processo educacional da população negra brasileira. Pretendeu também, promover uma alteração positiva na realidade social vivenciada pela população negra, abrindo possibilidades de novas discussões sobre a temática, buscando ações para trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo.

A fundamentação teórica é embasada em autores e textos que discutem a temática, tais como: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004), Gomes (2013), Gomes; Nascimento (2011), Nascimento (2001), Toniosso (2011). O material utilizado para a pesquisa foi submetido a uma seleção sistematizada sendo que foram respeitados os direitos dos autores das obras estudadas, garantindo assim o seu aspecto ético e científico.

REFERENCIAL TEÓRICO

A historicidade da população negra brasileira é marcada por um processo de exclusão e marginalização. Desde o período colonial até os dias de hoje a população negra sofre com muitas situações discriminatórias. Pela existência dessa visão e pela falta de uma educação voltada para a igualdade entre as raças que compuseram a sociedade brasileira é uma possível justificativa para tamanhas desigualdades.

Fontes documentais (fotografias, cartas com relatos) mostram que os negros vindos da África possuíam alfabetização em alguns idiomas (bantu, francês, árabe) já que no continente africano usam-se muitas línguas diferentes, que mudam de região para região devido ao processo de colonização.

Com o passar dos anos o negro lutou por melhores condições e principalmente por sua liberdade. Devido às fugas e as lutas pela resistência negra diante dos que acreditavam serem “os superiores” em meados do século XIX (13/ 05/ 1888) a então Princesa do



Brasil, Isabel, assinou a lei que libertava todos os escravos, a Lei Áurea. Toniosso (2011, p. 17) afirma que “a assinatura da lei Áurea foi apenas o primeiro passo para a igualdade, pois o preconceito e a discriminação em relação às questões étnicas e raciais aos afrodescendentes mantiveram-se enraizados no país”.

Na história brasileira como vimos sempre houve a exclusão para com negro, principalmente educacional tanto no período do escravismo quanto no pós-abolicionismo. A seguir apresentam-se algumas leis que nos certifica que existia em exclusão educacional:

. Decreto-Lei do Ministro do Império: O decreto-lei Nº 1331A de 1854 conhecidas como reformas Couto Ferraz (então ministro do Império), que regulamentava a reforma do ensino primário e secundário. No Artigo 69º dessa lei estabelecia que “eram proibido a Matricula e frequência nas escolas públicas ou privadas de pessoas que padecem de moléstias contagiosas, pessoas não vacinadas e escravos”.

. Na reforma da instrução pública de 1855, determinava-se que: os pais, os tutores, curadores ou protetores, que tiverem em sua companhia meninos maiores de sete anos sem impedimento físico ou moral, e não lhes derem o ensino pelo menos do primeiro grau, incorrerão na multa de 10\$000 à 60\$000 reis.

. Regulamento de 02 de fevereiro de 1855, artigo 36º: no artigo 41 do mesmo regulamento, a restrição às possibilidades escolares para negros tornou-se mais acentuada ao se declarar, textualmente, que os escravos não poderiam ser admitidos à matrícula.

Diante de diversos acontecimentos, a população negra foi unindo-se e formando uma grandiosa povoação em busca do fim do racismo com os seus movimentos e, contudo, como afirma Gomes; Nascimento (2011):

o movimento negro é uma forma de organização social dos afrodescendentes e procura articular suas lutas com o desenvolvimento da democracia e da cidadania na sociedade brasileira. É um movimento democrático que visa à formação de cidadãos conscientes e críticos contra as desigualdades sociais e étnicas.

Esse movimento foi de grande importância para a comunidade negra, pois se buscava uma educação aberta para todos, ou seja, que os negros e brancos tivessem o mesmo acesso educacional, mas o que não era possível como afirma Tobias (1986), “o Movimento Negro, desde o período do escravismo já organizava atividades que visavam à alfabetização de escravizados, embora esse processo fosse proibido por lei”. Percebe-



se então o tanto como era imposto de maneira bruta o preconceito racial para com o negro. Privavam tudo o que o negro tinha como direito social.

Dando continuidade aos seus objetivos, o movimento negro criou em 1931 no município de São Paulo, a Frente Negra Brasileira-FNB. Segundo Nascimento (2001):

foi primordial para a conscientização da comunidade afrodescendente, pois objetivava promover o respeito, contribuindo para a educação, auto-estima e cuidados com as mulheres negras. Essa organização tinha três finalidades principais: congregar, educar e orientar. Para ela, a questão do racismo brasileiro era, antes de tudo e principalmente, um problema de educação, por isso abrigava em sua sede em São Paulo uma bem organizada escola para crianças e cursos de alfabetização para adultos.

A Frente Negra Brasileira foi mais um impulso dado para que se notasse que o negro não era aquele ser inferior que há décadas afirmavam. Eles queriam conquistar o seu espaço na sociedade brasileira e as suas ações socioeducativas e profissionais proporcionava isso para os milhares de populares afrodescendentes. Além de uma educação formal escolar era também ofertadas a eles aulas de teatro, palestras educativas, cursos de ofício. A FNB serviu como uma verdadeira casa de apoio à população negra da época dando a eles todo o suporte necessário para a sua colocação na sociedade.

Devido às grandes manifestações públicas na década de 1930, “o objetivo principal era que os afrodescendentes fossem educados para que pudesse enfrentar os males de sua situação sócio-política, econômica e cultural”. (GOMES; NASCIMENTO, 2011). A Frente Negra Brasileira os preparou muito bem para que o objetivo fosse colocado em prática. Pois devido ao excelentíssimo trabalho da FNB os negros que lá frequentavam passaram a ser bem vistos na sociedade, ou seja, passaram a ser respeitados.

O país vivia uma nova situação política, a ditadura militar, o FNB acabou fechando. Com a chegada do Estado Novo, o movimento negro se reergueu e organizou uma nova casa de apoio a população negra. O Teatro Experimental Negro- TEN surgiu na cidade do Rio de Janeiro ao comando de Abdias Nascimento.

o TEN se destacou como instrumento de expressão estética, moral e política do afrodescendente. O TEN combatia a ideia de raça superior e da servidão como consequência natural da inferioridade dos negros, e propunha políticas que possibilitassem a inclusão social e mais especificamente o direito à educação aos afrodescendentes. (GOMES; NASCIMENTO, 2011).



Com o passar dos anos os movimentos voltados para a população negra foi reerguendo-se e possibilitando o surgimento de outros grupos, como o cultural Ilê Aiyê e Olodum, em Salvador; o grupo Afonjá, Axé Aganjú e Coisa de Negô em Teresina, que além de reivindicar pelos direitos da população negra também tem como missão mostrar para a sociedade a cultura afro-brasileira com todas as riquezas energéticas que possuem percebidas através da música e das vestimentas.

Um novo ciclo de pensamentos

No ano 2000 assinou-se o decreto-lei de número 3.198, do então deputado federal Paulo Paim, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação, por causa de sua etnia, raça e cor. Mais uma vitória para os movimentos que lutam por uma sociedade igualitária. Depois da elaboração do estatuto para Candau (2013, p. 131) “o debate sobre a questão racial ganha uma ferramenta que serve como parâmetro para reivindicações de direitos básicos e para legitimar a atuação do poder público”.

Em 2003 o então presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva assinou a lei 10.639, que alterou o parágrafo 4º, Art. 26º da lei 9.394/96, estabelecendo a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial escolar, públicas e privadas, nos Ensino Fundamental e Médio de todo o país a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Além disso, a lei institui políticas públicas de combate ao racismo, focalizando o reconhecimento dos valores fundamentais do povo afrodescendentes. A execução da lei 10.639/03, permite a acessibilidade da população negra nos ambientes educacionais, além de oportuniza diálogos que visem o respeito, igualdade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde o período colonial até os dias de hoje a população negra sofre com diversas situações discriminatórias. Vista como inferior em diferentes aspectos como beleza e inteligência, situação que se reveste em diferentes formas de exclusão, principalmente por considerar o branqueamento como algo superior com relação aos demais povos.

O processo educacional da população negra aconteceu de forma árdua, mas a participação dos grupos educativos e/ou culturais, foram essenciais para a ocupação da população negra no espaço da sociedade, como é o caso da Frente Negra Brasileira e o



Teatro Experimental do Negro. Reforçando assim que os grupos atuais possuem um grande papel educativo e as instituições escolares devem oportunizar o acesso desses grupos junto aos seus alunos e não somente em um período determinado, mas que seja algo que faça parte cotidianamente do trabalho escolar, envolvendo assim, não somente o aspecto educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que as instituições educativas devem estar preparadas para atender toda a população que à elas recorrem. Por isso, elas contribuem com o desenvolvimento da nação e precisam procurar maneiras de combater as desigualdades tanto sociais quanto étnicas existentes na sociedade. Buscando a democratização na sociedade é essencial que as instituições estejam empenhadas em diminuir os índices de desigualdade existentes e para isso é essencial que valorize a diversidade, o respeito e a igualdade em relação à cor, sexo, etnia, religião, classe social.

Constatamos por este estudo, que as instituições educativas, sejam elas escolares ou não, são fundamentais para o combate de racismo na sociedade. Além disso, colaboram para que a população negra tenha acesso ao seu espaço na sociedade, lhe dando lugar de fala, lugar de luta pelos seus direitos, em busca de que cada cidadão seja livre, com todos os seus direitos que lhe asseguram.

Palavras-chave: População Negra; Educação; Movimento Negro.

REFERÊNCIAS

CANDAUI, Vara Maria. **Educação em direitos humanos e formação de professores (as)**. São Paulo: Cortez, 2013.

GOMES, Ana Beatriz Sousa; NASCIMENTO, Francisca Maria do Nascimento. **Introdução Conceitual: Educação para as relações étnico-raciais**. Teresina: EDUFPI, 2011 p. 32-39.

TONIOSSO, José Pedro. **Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: da legislação à prática docente**. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto, SP: CUMML, 2011.